



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades

SEGUNDO TRIMESTRE - exercício de 2012

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO compreende o registro das principais atividades desenvolvidas em âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no decurso do **segundo trimestre** do exercício de 2012.

CONTEÚDO

Relatório de atividades circunscrito: a) às ocorrências de maior relevância; b) à ação de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Estado e de seus municípios; e c) ao acompanhamento da execução do orçamento do Tribunal de Contas do Estado.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL – 1º TRIMESTRE DE 2012

Em 04 de maio de 2012 o Tribunal de Contas remeteu à A. Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades correspondente ao 1º Trimestre do exercício de 2012 (ofício nº 1792/2012 – Presidência).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO
TRIMESTRE DE 2012

790	Contratos
71	Prest. de Contas de Adiantamento
1	Processo Preferencial
53	Auxílios/Subvenções/Contribuições
7	Relatório de Fiscalização
3	Apartado de Prefeitura Municipal
6	Acompanhamento de Concessões e Permissões
1	Reforma Transferência para a Reserva
195	Admissão de Pessoal – Concurso processo
192	Admissão de Pes. – Tempo Determinado
101	Aposentadorias
67	Pensão Mensal
89	Repasses a Órgãos Públicos – Convênios
6	Compl. de Proventos – Valor da Pensão
16	Prest.de Contas–Contrato de Gestão
4	Prest. de Contas dos Gestores Previdenciários
12	Contrato de Gestão
60	Prest. de Contas – Convênios Valor
11	Prest. de Contas – Aux./Sub./Contrib./Org. Públicos
2	Expedientes em Apartado
219	Repasses Públicos Terceiro Setor/C.Gestão/Termo de Parceria
63	Prest. de Contas – Convênio Repasses Órgão
140	Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Auxílios/Subvenções/Contribuições
3	Termo de Parceria
38	Conv.–Repasses Públ.ao Terceiro Setor
7	Prest. de Contas – Termo de Parceria
64	Prest. de Contas – Convênios Terceiro Setor
76	Prest. de Contas – Convênio Repasses Públicos ao Terceiro Setor
1	Contas Municipais
1	Câmaras Municipais
1	Fundação Estadual
1	Fundação Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

100	Prest. de Contas – Convênio Repasses Públicos Terceiro Setor Contrato Geral, Termo de Parceria/Convênios
40	Prest. de Contas – Convênio Repasses Órgãos Públicos
1	Economia Mista Estadual
157	Prest. de Contas – Aux/Subv/Contr. Terceiro Setor
291	Recursos Ordinários
12	Rescisão de Julgado
113	Representação
17	Revisão
248	Representação contra edital
3280	Total

TRIBUNAL PLENO

O Tribunal Pleno, no trimestre de interesse, realizou 09 (nove) sessões públicas ordinárias e 1 (uma) sessão extraordinária com apreciação de 223 (duzentos e vinte e três) processos que integraram as respectivas pautas previamente publicadas no veículo de Imprensa do Estado, bem como, a título de atividade extra-pauta, 304 (trezentos e quatro) representações com requerimento de *exame prévio de edital*.

Foram realizadas, ainda, 5 (cinco) sessões para deliberação sobre assuntos internos de natureza administrativa.

PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Primeira e Segunda Câmaras reuniram-se, no trimestre, 10 (dez) vezes, em sessões ordinárias, e apreciaram, respectivamente, 771 (setecentos, setenta e um) e 929 (novecentos, vinte e nove) feitos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

Os acórdãos e pareceres contaram com regular publicação no Diário Oficial do Estado.

SENTENÇAS

Na qualidade de julgadores singulares, coube ainda aos Senhores Conselheiros deste Tribunal, no período de interesse, proferir 1.718 (mil, setecentos e dezoito) sentenças em processos autuados para exame de *atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos*, bem como em processos autuados para apreciação de *termos contratuais e atos jurídicos análogos (quando de não competência das Câmaras)*. As decisões monocráticas foram igualmente divulgadas no D.O.E., na forma prevista em lei.

PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º trimestre de 2012, manifestou-se a P.F.E. em 3.584 (três mil, quinhentos e oitenta e quatro) feitos, assim discriminados:

46	Processos Originários da Procuradoria Geral do Estado
183	Diversos
56	Balancetes, Balanços e/ou Contas Anuais
145	Prestações de Contas
721	Auxílios e Subvenções Estaduais
28	Relatórios de Auditoria
2.068	Matérias Contratuais
270	Movimentação de Pessoal
67	Aposentadorias, Reformas, Pensões e Averbações de apostilas
3.584	TOTAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é estrutura diretamente vinculada à Presidência nos termos do artigo 27 do Regimento Interno. As competências conferidas aos Auditores no período de abrangência deste Relatório, pormenorizadas na Ordem de Serviço GP 01/2011, são aquelas do artigo 57 do Regimento Interno, combinado com o artigo 4º da Lei Complementar n. 979/05. Estão elas circunscritas à presidência da instrução de processos municipais sujeitos a julgamento singular. Para tanto, os Auditores determinam as providências e diligências necessárias, proferindo despachos interlocutórios e propostas de sentença.

A segunda atribuição precípua dos Auditores é cumprir a substituição dos Senhores Conselheiros em seus afastamentos e impedimentos, e na hipótese de vacância.

Dos processos apreciados individualmente:

DESPACHOS	3º Setor	Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanco Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	27	64	09	10	08	15	45	-	178
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	39	151	17	22	15	21	29	-	294
Dra. Cristiana de Castro Moraes	03	24	05	04	-	01	11	-	48
Dr. Antonio Carlos dos Santos	18	36	07	04	04	33	14	-	116
Dr. Josué Romero	28	86	13	13	13	23	37	-	213
Dra. Silvia Monteiro	08	76	10	06	06	18	25	-	149
									998



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

PROPOSTAS	3º Setor	Admissão de Pessoal	Apartado	Aposentadoria	Pensão	Balanco Geral	Contratos	Expedientes	Total
Dr. Samy Wurman	02	20	-	02	02	01	03	-	30
Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis	21	61	-	10	11	02	02	-	107
Dra. Cristiana de Castro Moraes	03	17	04	01	-	-	03	-	28
Dr. Antonio Carlos dos Santos	06	15	-	01	01	-	-	-	23
Dr. Josué Romero	14	50	-	10	07	08	-	-	89
Dra. Silvia Monteiro	04	27	-	04	06	-	-	-	41
									318

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Conforme já noticiado no relatório do 1º trimestre, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado nomeou os Procuradores do Ministério Público de Contas Elida Graziane Pinto, Celso Augusto Matuck Feres Junior, Rafael Antonio Baldo, Thiago Pinheiro Lima, Renata Constante Cestari, Rafael Neubern Demarchi Costa, José Mendes Neto, João Paulo Giordano Fontes e Leticia Formoso Delsin, os quais tomaram posse no dia 21 de março de 2012.

Da movimentação de processos no Ministério Público de Contas no período de 19/04/2012 a 30/06/2012:

	Entrada	Saída
Processos em geral	3687	2838
Exame Prévio de Edital	168	161
Total	3855	2999*

* Desse total foram elaborados **1086** pareceres, sendo **161** em Exame Prévio de Edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO Gabinete da Presidência

ESTRUTURA BÁSICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES NAS ÁREAS DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVA

Para o desenvolvimento da atividade-fim (fiscalização) e atividade-meio (suporte administrativo), o Tribunal de Contas do Estado conta com a seguinte estrutura:

1 - FISCALIZAÇÃO: Secretaria-Diretoria Geral (S.D.G.), composta de: a) dois Departamentos de Supervisão da Fiscalização (D.S.F.), aos quais se vinculam onze Diretorias de Fiscalização (D.F.) e dezoito Unidades Regionais (U.R.) (equivalentes às Diretorias); b) Assessoria Técnico Jurídica (A.T.J.) e dependências de Apoio Administrativo (Taquigrafia e Pauta) e c) Apoio Estratégico à Fiscalização (A.E.F.).

2 - ADMINISTRATIVA: Departamento Geral de Administração (D.G.A.), reorganizado pela Resolução nº 1/97, ao qual estão subordinadas: a) Diretorias: de Pessoal (D.P.); de Expediente (D.E.); de Material (D.M.); de Serviços (D.S.); de Despesa de Pessoal (D.D.P.); de Contabilidade e Finanças (D.C.F.); de Transportes (D.T.). b) Assessoria de Saúde e de Assistência Social (A.S.A.S.). c) Centro de Convivência Infantil (C.C.I.).

Como órgão especial de assessoramento, tanto para assuntos relativos à fiscalização quanto administrativos, o Tribunal dispõe do Gabinete Técnico da Presidência (G.T.P.), ao qual se vincula a Escola de Contas Públicas (E.C.P.), instituída pela Resolução 11/2004 e que tem por escopo o treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do quadro próprio, bem assim dos gestores e operadores da Administração Pública. A Escola de Contas Públicas supervisiona, também, as atividades da Biblioteca, atribuição que lhe foi confiada pela Resolução 03/2006.

Compõe o Tribunal, ainda, o Departamento de Tecnologia da Informação (D.T.I. - Resolução nº 01/2002, DOE de 19/12/2002) e suas respectivas Diretorias (de Tecnologia e de Sistemas), que têm a incumbência de prestar suporte técnico especializado às áreas da fiscalização (atividade-fim) e administrativa (atividade-meio).

Cabe também menção ao Gabinete da Presidência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

(G.P.), que responde pelo expediente técnico e administrativo de exclusiva competência da Presidência do Tribunal de Contas, compreendendo, também, o Cerimonial que cuida das questões relativas aos eventos e relações de autoridades institucionais.

As atividades dos órgãos supramencionados vêm apontadas em relatórios próprios, submetidos à Presidência, igualmente, com periodicidade trimestral.

ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS - ECP

A seguir o controle de atendimentos da **ECP**, reunindo as atividades realizadas durante o 1º e o 2º trimestres de 2012, tanto em instalações próprias, como pela participação oferecida por esta Escola em outras instituições, a exemplo das inúmeras parcerias para capacitação de servidores firmadas com a Editora NDJ Ltda. e, com destaque no período, a parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (curso de contabilidade realizado na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), cujo quadro resumido segue abaixo:

1ºSemestre/12	Atividades	Participantes
Reuniões Pedagógicas	28	381
Cursos/Eventos nas dependências da ECP e/ou Auditórios TCESP	40	1583
Cursos/Eventos em outros Tribunais de Contas	06	10
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	19	44
Cursos/Eventos em outras dependências ou Instituições	09	2266
TOTAL	102	4284

Por meio do Programa Auxílio Bolsa de Estudos, 11 (onze) novos servidores foram beneficiados no 1º semestre, sendo que 07 (sete) receberam reembolsos em suas mensalidades de cursos de graduação e 04 (quatro) para pós-graduação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

Também importante registrar os trabalhos da nossa Biblioteca, localizada no 14º andar do Edifício Sede, com os cerca de 1250 atendimentos no semestre.

FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Os trabalhos de fiscalização são realizados por onze Diretorias que operam em dependências da sede do Tribunal de Contas, bem como por dezoito Unidades Regionais instaladas em pontos estratégicos no interior do Estado, funcionando como órgãos diretamente subordinados a dois Departamentos de Supervisão da Fiscalização, todos, como visto, sob superior coordenação da Secretaria-Diretoria Geral. No segundo trimestre, apresentam-se assim quantificadas as ações da fiscalização:

ÁREA ESTADUAL

ATIVIDADES	D.S.F. - I	D.S.F. - II	TOTAL
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Unidades Gestoras Executoras	42	41	83
Empresas de Economia Mista	1	1	2
Almoxarifados/Campus UNESP	1	1	2
Autarquias	3	1	4
Entidade Gerenciada	0	1	1
Entidade Previdência	0	1	1
Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	5	0	5
Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	6	5	11
RELATÓRIOS ELABORADOS			
Unidades Gestoras Executoras	75	143	318
Fundações (Apoio, Conveniada, Típica)	7	3	10
Empresas de Economia Mista	1	0	1
Autarquia	3	2	5
Almoxarifados/Campus Unesp	15	22	37



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Secretarias/MP/Tribunais/ALESP	5	0	5
PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Unidade Gestora Executora	465	231	696
Autarquia	10	6	16
Economia Mista	5	3	8
Almoxarifado/Campus-UNESP	13	38	51
Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	21	22	43
Empresas Públicas	0	1	1
Contratos/Convênios	890	741	1631
Aposentadoria/Reforma/Pensão	54	60	114
Admissão de Pessoal	117	148	265
Prestação de Contas Adiantamento	103	99	202
Preferencial	3	3	6
TC-A	40	24	64
Fiscalização Especial/Extraordinária	0	3	3
Organizações Sociais/Entidades Gerenciadas	0	7	7
Esporádicos	7	1	8
Expedientes Diversos	842	669	1511
Exame Prévio Editais	14	19	33
Prestação de Contas – Convênio 3º Setor	20	17	37
Prestação de Contas – Convênio Repasses	41	52	93
Prestação de Contas – Convênio Valor Inferior	66	90	156
Repasses Públicos ao 3º Setor	78	101	179
Repasses a Órgãos Públicos – Convênio	163	32	195
Repasses 3º Setor – Auxílios/Subvenções/Contribuições	20	37	57
Prestação de Contas – Auxílios/Subvenções/Contribuição	15	10	25
Outros	167	294	461



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

ÁREA MUNICIPAL

ATIVIDADES	D.S.F. - I	D.S.F. - II	TOTAL
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			
Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	24	30	54
Empresas Públicas	7	12	19
Fundos/Entidades de Previdência	58	59	117
Câmaras Municipais	140	171	311
Entidade Gerenciada	0	3	3
Prefeituras Municipais	139	163	302
Autarquia	35	35	70
Empresas de Economia Mista	6	6	12
Consórcios	25	30	55
RELATÓRIOS ELABORADOS			
Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	14	16	30
Consórcio	20	16	36
Autarquias	22	12	34
Entidade Gerenciada	0	1	1
Fundos/Entidades de Previdência	35	31	66
Câmaras Municipais	90	95	185
Empresas Públicas	2	5	7
Empresas de Economia Mista	2	1	3
Prefeituras Municipais	61	68	129
PROCESSOS INSTRUÍDOS			
Prefeitura Municipal	211	215	426
Câmara Municipal	239	217	456
Entidades/Fundos de Previdência	71	64	135
Autarquia	57	27	84
Economia Mista	13	6	19
Empresas Públicas	11	7	18
Fundações (Apoio, Conveniadas, Típicas)	38	28	66
Consórcios	33	32	65
Contratos/Convênios	581	545	1126
Aposentadoria/Pensão/Reforma	106	70	176
Apartados	54	52	106
Admissão de Pessoal	337	247	584



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

Acessório 1 – Acompanhamento da Gestão Fiscal	664	603	1327
Outros	228	210	438
Entidades Gerenciadas/ Organizações Sociais	2	4	6
Prestação de Contas Termo de Parceria	4	21	25
Preferencial	11	16	27
Prestação de Contas – Auxílio/Subvenções/Contribuição	1	0	1
Esporádicos	0	2	2
Prestação de Contas – Convênio 3º Setor	46	31	77
Repasses Públicos ao 3º Setor	229	151	380
Exame Prévio Edital	91	50	141
Expedientes Diversos	2239	1381	3620
Prestação de Contas – Convênio Valor Inferior	1	4	5
Repasses Públicos ao 3º Setor – Auxílios/Subvenções/Contribuição	136	175	311

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 14.675, de 28 de dezembro de 2011, que "*Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2012*", foi elaborado com suporte na Lei nº 14.489, de 21 de julho de 2011, que "*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2012*".

A dotação para as despesas do Tribunal de Contas do Estado foi fixada em R\$ 523.073.296,00, sendo R\$ 511.249.820,00 para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e R\$ 11.823.476,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.489/11), Decreto nº 57.733, de 10 de janeiro de 2012, que



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Presidência

fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2012, bem como Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO-CPA-01, de 11 de janeiro de 2012.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2012 (Decreto nº 57.733/2012).

Para o Programa de Modernização dos Tribunais de Contas - PROMOEX foi autorizado, em fevereiro, crédito suplementar automático com recursos provenientes de aplicações financeiras, incluindo a receita diferida de 2011, na fonte 005.003.197 - Vinculados Federais, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) destinados ao pagamento de diárias aos servidores participantes dos eventos relacionados ao PROMOEX.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2012, em seguida a execução orçamentária, detalhando mês a mês, as alterações orçamentárias na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de junho do corrente exercício.

PROGRAMAÇÃO INICIAL - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2012:

DESPESAS CORRENTES

MÊS	PESSOAL	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	TOTAL CORRENTES
Janeiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Fevereiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Março	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Abril	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Maio	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Junho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Julho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Agosto	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Setembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Outubro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Novembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Dezembro	38.336.996	4.277.005	177.897	9	4.454.911	42.791.907
TOTAL	458.028.015	51.096.481	2.125.304	20	53.221.805	511.249.820

Valores em R\$ 1

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Fevereiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Março	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Abril	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Maio	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Junho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Julho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Agosto	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Setembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Outubro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Novembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Dezembro	837.000	152.632	10	989.642	43.781.549
TOTAL	10.000.000	1.823.466	10	11.823.476	523.073.296

Valores em R\$ 1

Fonte 1 – Tesouro do Estado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

PROGRAMAÇÃO INICIAL ATUALIZADA – ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2012

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Fevereiro	38.153.729	4.256.316	177.037	220.001	4.653.354	42.807.083
Março	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Abril	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Maiο	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Junho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Julho	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Agosto	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Setembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Outubro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Novembro	38.153.729	4.256.316	177.037	1	4.433.354	42.587.083
Dezembro	38.336.996	4.277.005	177.897	9	4.454.911	42.791.907
TOTAL	458.028.015	51.096.481	2.125.304	220.020	53.441.805	511.469.820



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Fevereiro	833.000	151.894	0	984.894	43.791.977
Março	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Abril	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Maio	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Junho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Julho	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Agosto	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Setembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Outubro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Novembro	833.000	151.894	0	984.894	43.571.977
Dezembro	837.000	152.632	10	989.642	43.781.549
TOTAL	10.000.000	1.823.466	10	11.823.476	523.293.296

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL – EXERCÍCIO DE 2012

EMPENHADO

Valores em R\$ 1 DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	34.496.548,73	23.086.044,48	12.548,76	0	23.098.593,24	57.595.141,97
Fevereiro	34.523.963,59	2.648.469,77	16.678,84	214.844,32	2.879.992,93	37.403.956,52
Março	34.038.888,14	3.853.093,27	41.637,71	0	3.894.730,98	37.933.619,12
Abril	34.521.221,72	3.933.855,62	24.337,37	0	3.958.192,99	38.479.414,71
Maio	37.054.652,61	1.894.366,69	33.271,76	0	1.927.638,45	38.982.291,06
Junho	37.687.142,98	788.125,07	27.300,72	0	815.425,79	38.502.568,77
TOTAL	212.322.417,77	36.203.954,90	155.775,16	214.844,32	36.574.574,38	248.896.992,15

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	13.745,16	-	-	13.745,16	57.608.887,13
Fevereiro	2.470,00	-	-	2.470,00	37.406.426,52
Março	118.028,71	-	-	118.028,71	38.051.647,83
Abril	556.330,73	11.760,00	-	568.090,73	39.047.505,44
Maio	534.854,17	-	-	534.854,17	39.517.145,23
Junho	534.120,26	-	-	534.120,26	39.036.689,03
TOTAL	1.759.549,03	11.760,00	-	1.771.309,03	250.668.301,18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Mês de junho: dados provisórios

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL – EXERCÍCIO DE 2012

REALIZADO

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL				TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	34.471.318,87	2.655.418,44	12.548,76	0	2.667.967,20	37.139.286,07
Fevereiro	34.526.033,73	2.128.502,47	16.678,84	214.844,32	2.360.025,63	36.886.059,36
Março	34.040.958,28	3.854.296,45	27.434,71	0	3.881.731,16	37.922.689,44
Abril	34.523.291,86	3.120.221,80	34.140,37	0	3.154.362,17	37.677.654,03
Maio	37.056.722,75	3.823.088,50	21.811,76	0	3.844.900,26	40.901.623,01
Junho	37.687.142,98	2.908.652,97	29.860,72	0	2.938.513,69	40.625.656,67
TOTAL	212.305.468,47	18.490.180,63	142.475,16	214.844,32	18.847.500,11	231.152.968,58

Valores em R\$ 1

DESPESAS DE CAPITAL

MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	-	-	0	37.139.286,07
Fevereiro	12.268,26	-	-	12.268,26	36.898.327,62
Março	2.470,00	-	-	2.470,00	37.925.159,44
Abril	6.556,90	-	-	6.556,90	37.684.210,93
Maio	156.204,49	-	-	156.204,49	41.057.827,50
Junho	120.962,20	-	-	120.962,20	40.746.618,87
TOTAL	298.461,85	-	-	298.461,85	231.451.430,43



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Fonte 1-Tesouro do Estado

Fonte 3- Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Mês de junho: dados provisórios

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais de Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes aos 1º e 2º bimestres de 2012 foram publicados, respectivamente, nos Diários Oficiais do Estado dos dias 04 de abril e 1º de junho de 2012.

São esses, em síntese, os dados dignos de registro decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no decurso do **SEGUNDO TRIMESTRE DE 2012**, que, como Presidente, me compete submeter à elevada apreciação do EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO e à augusta ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, consoante disciplina do artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 3º, inciso IX, da Lei Complementar n. 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV, do Regimento Interno, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010.

São Paulo, 13 de agosto de 2.012.

RENATO MARTINS COSTA
Presidente